003. APELAÇÃO 0010576-29.2014.8.19.0205 Assunto: Decorrente de Violência Doméstica / Lesão Corporal / DIREITO PENAL Origem: BANGU REGIONAL II J VIO DOM FAM Ação: 0010576-29.2014.8.19.0205 Protocolo: 3204/2018.00424133 - APTÉ: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO APDO: DENYLSO FERNANDES DA SILVEIRA ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA OAB/DP-000000 **Relator: DES. PAULO SERGIO RANGEL DO NASCIMENTO** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: APELAÇÃO MINISTERIAL. CRIME DE LESÃO CORPORAL (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA): ART. 129, §9º, DO CÓDIGO PENAL. MINISTÉRIO PÚBLICO QUE PUGNA PELA REFORMA DA SENTENÇA COM VISTAS À CONDENAÇÃO PELA CONDUTA PREVISTA NO ART. 129, §9º, DO CÓDIGO PENAL. MANUTENÇÃO DA ABSOLVIÇÃO PELO CRIME DE LESÃO CORPORAL EM ÂMBITO DOMÉSTICO. FALTA DE PROVAS PARA CONDENAÇÃO. Tese do órgão ministerial que não prospera, uma vez que a autoria e a materialidade dos delitos tipificados no art. 129, §9º, do Código Penal, não restaram sobejamente demonstradas, pois apesar de tomado em Juízo o Depoimento da suposta vítima Nerilene Gomes da Silva, mulher do Acusado, a fim de confirmar os fatos narrados pelo parquet na denúncia, tal declaração se contradiz com o comportamento da mesma que após o procedimento do Estudo Psicológico, vez que afirma não querer mais vê-lo afastado do lar. Não há circunstância provada em que se ampare os indícios de autoria do delito, pois a alta probabilidade é insuficiente para uma condenação. Ausência de provas robustas para condenação (atenção ao princípio constitucional da presunção da inocência e do in dubio pro reo). Manutenção da sentença absolutória que se faz necessária. Assim, conheço do recurso ministerial e, no mérito, NEGO-LHE PROVIMENTO para MANTER A SENTENÇA TAL COMO PROLATADA. Conclusões: Por unanimidade, negaram provimento ao recurso ministerial, nos termos do voto do Des. Relator. Foram intimados regularmente para a Sessão de Julgamento Eletrônica Virtual os representantes da Procuradoria de Justiça e da Defensoria Pública.

004. APELAÇÃO 0022680-82.2016.8.19.0011 Assunto: Roubo / Crimes contra o Patrimônio / DIREITO PENAL Origem: RIO DAS OSTRAS 2 VARA Ação: 0022680-82.2016.8.19.0011 Protocolo: 3204/2018.00408878 - APTÉ: MAGNO PEDROZA DE OLIVEIRA ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA OAB/DP-000000 APDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO **Relator: DES. PAULO SERGIO RANGEL DO NASCIMENTO** Revisor: **DES. CARLOS EDUARDO ROBOREDO** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: APELAÇÃO. RECURSO DEFENSIVO. ROUBO SIMPLES: ART. 157, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL. PENA DE 04 (QUATRO) ANOS DE RECLUSÃO E 10 (DEZ) DIAS MULTA, EM REGIME INICIAL ABERTO. PLEITO DE REFORMA DA SENTENÇA PARA QUE SEJA RECONHECIDA A MODALIDADE DE DELITO DE FURTO, POR NÃO TER FICADO PROVADA A VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA, OU SEJA RECONHECIDO O DELITO DE ROUBO EM SUA FORMA TENTADA COM REDUÇÃO DA PENA NO SEU PATAMAR MÁXIMO. Prisão em flagrante. Autoria e materialidade de crime configuradas. Depoimento da própria vítima e da irmã desta que ajudou na detenção do roubador. Populares que também ajudaram na detenção e alertaram os policiais militares. Depoimentos de policiais militares que efetuaram em flagrante a prisão uníssonos e harmônicos com a palavra da vítima. Existência de prova, positivando que a ação delituosa contou com a efetiva participação do Apelante. Agente flagrado, logo após a prática delituosa, na posse direta do telefone o qual foi arrebatado das mãos da vítima, que com a ação também foi jogado ao chão. Desclassificação para furto ou para a modalidade tentada do roubo. Impossibilidades. Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem, mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida a perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desviada. Magistrado a quo que age com acerto ao aplicar a pena no mínimo legal, bem como fixar-lhe o regime inicial aberto. Pena que deve ser integralmente mantida. RECURSO DEFENSIVO QUE SE CONHECE E QUE, NO MÉRITO, NEGA-SE PROVIMENTO, para MANTER INTEGRALMENTE A SENTENÇA HOSTILIZADA. Conclusões: Por unanimidade, negaram provimento ao recurso defensivo, nos termos do voto do Des. Relator. Foram intimados regularmente para a Sessão de Julgamento Eletrônica Virtual os representantes da Procuradoria de Justiça e da Defensoria Pública.

005. APELAÇÃO 0044782-91.2017.8.19.0002 Assunto: Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins / Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas / Crimes Previstos na Legislação Extravagante / DIREITO PENAL Origem: NITEROI 4 VARA CRIMINAL Ação: 0044782-91.2017.8.19.0002 Protocolo: 3204/2018.00436320 - APTÉ: ANDREI SOARES MACIEL ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA OAB/DP-000000 APDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO **Relator: DES. PAULO SERGIO RANGEL DO NASCIMENTO** Revisor: **DES. CARLOS EDUARDO ROBOREDO** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: APELAÇÃO CRIMINAL. CONDENAÇÃO PELO ARTIGO 35 DA LEI 11.343/06. PENA DE 03 (TRÊS) ANOS DE RECLUSÃO E 700 (SETECENTOS) DIAS-MULTA, EM REGIME INICIAL FECHADO. IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA. PRETENSÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA O DELITO PREVISTO NO ART. 37 DA LEI Nº 11.343/2006. MANUTENÇÃO PARCIAL DA SENTENÇA QUE SE IMPÕE. Provas que dão suporte capaz de justificar uma condenação criminal no que pertine à imputação do crime do art. 35 da Lei nº 11.343/2006. Nesse compasso, não podemos tratá-lo como informante, pois este não pode ser alguém integrado ao esquema, mas sim um estranho que forneça, de forma episódica, alguma informação específica ou pontual sobre alguma atividade ou operação policial. Tipo do art. 37, da Lei nº 11.343/2006, que não dispensa a expressa descrição do dolo consistente na consciente vontade de colaborar, como informante, com grupo, organização ou associação. Curial destacar que o tipo penal do art. 37 não é cumulativo ao crime do art. 35. Ao contrário, a prática de colaboração com organização criminosa, disposta no art. 37 da Lei 11.343/06, não se confunde com a associação ao tráfico de entorpecentes. Depoimentos, em Juízo, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, dos policiais militares que efetuaram a prisão em flagrante do acusado, uníssonos e harmônicos entre si. Aplicação do Enunciado nº 70 do TJERJ. Quanto ao pleito defensivo, para que a pena fique abaixo do fixado pela baliza legal, melhor sorte não socorre à Defesa Técnica, vez que desde há muito tal tese encontra óbice no Enunciado nº 231 do Superior Tribunal de Justiça. Em relação ao abrandamento do regime inicial, tal já foi reconhecido pelo Juízo de Piso, ao aplicar o disposto no art. 387, §2º, do Código de Processo Penal, devendo eventual pedido de nova progressão ou outros benefícios quaisquer serem pleiteados no Juízo competente da Vara de Execuções Penais. Por tais razões, recebo o presente recurso defensivo, já que tempestivo e, no mérito, DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO, PARA SUBSTITUIR A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR DUAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS: a) prestação de serviços à Comunidade pelo prazo da condenação em Instituição a ser designada no momento da execução; b) prestação pecuniária, consistente no pagamento da importância correspondente a um salário mínimo à Entidade Pública ou Privada com destinação social a ser indicada no momento da execução. Expeça-se alvará de soltura em favor de Andrei Soares Maciel, se por outro motivo não estiver preso. Conclusões: Por unanimidade, deram parcial provimento ao recurso defensivo, nos termos do voto do Des. Relator. Expeça-se alvará de soltura em favor de Andrei Soares Maciel. Estiveram presentes à Sessão de Julgamento a Dra. Elizabeth Carneiro de Lima, Procuradora de Justiça e a Dra. Andreia Teixeira Moret Pacheco, Defensora Pública.

id: 3162712